

Funaro afirma que Brasil tentará negociar acordo de 2 ou 3 anos

MONTEVIDEU — Os bancos internacionais dificilmente aceitarão um acordo de longo prazo (cinco a seis anos) para a renegociação da dívida externa brasileira, afirmou ontem o Ministro da Fazenda, Dílson Funaro. Como o Governo não admite o monitoramento do Fundo Monetário Internacional (FMI), Funaro acha que os bancos ficariam inseguros em relação ao comportamento da economia brasileira por prazo tão longo.

Para o Ministro, uma alternativa de bom senso será fechar um acordo de dois ou três anos com os bancos (incluindo a dívida de 1985, ano em que o País não fez acordo e pagou apenas os juros, prorrogando as condições acertadas para 1984). Na opinião de Funaro, "amarrar o País a um contrato de longo prazo talvez não seja uma boa política".

— Este ano surgiu o Plano Baker. Quem sabe se no próximo ano surgirá uma nova proposta mais interessante ainda.

O Governo brasileiro já está preparando reunião com os bancos credores, que deverá acontecer até 17 de janeiro, data do vencimento da prorrogação das linhas de crédito interbancário e comercial, no valor de US\$ 16 bilhões, essenciais para que o País continue exportando. Nessa reunião será decidido se o Governo assina novo acordo ou obtém outra prorrogação.

Funaro recebeu com tranquilidade informações vindas de Nova York de que os bancos estariam condicionando a renovação dos créditos interbancários e comerciais ao pagamento da dívida de US\$ 455 milhões contraída pelos bancos Comind, Au-

xiliar e Maisonnave através da Resolução 63 (repassa de créditos externos a empresas nacionais). Para ele "essas pressões são normais e razoáveis". Explicou que os bancos americanos querem receber seu dinheiro mas o Governo brasileiro cumprirá a lei e pagará aos credores nacionais e estrangeiros nas mesmas condições.

O Ministro não acredita que os bancos internacionais realmente cortem essas linhas de crédito:

— No dia em que eles fizerem isso, o Brasil ficará em posição tão difícil que não terá condições de obter superávits em sua balança comercial e, assim, não poderá pagar os juros de sua dívida. A opção é deles também. Os dois lados têm que descobrir uma forma de convivência.